

Cultura Local

O MOVIMENTO MIGRATÓRIO NO BAIXO ALENTEJO

JOSÉ LUÍS RAMALHO*

"... a miséria de um e de outro indivíduo pode derivar da culpa própria: a que expulsa uma parte notável da população de um país, onde esta, considerada colectivamente, está longe de superabundar, é sempre resultante de um defeito ou de uma perturbação nos órgãos da sociedade."

Alexandre Herculano, Opúsculos, Amadora, 1984, p.74.

Como já no séc. XIX Alexandre Herculano referia, a procura de melhores condições de vida noutras regiões do País ou mesmo no estrangeiro, sempre foi a alternativa encontrada por grande parte daqueles que na sua terra natal não conseguiram ter acesso aos padrões de vida por eles idealizados.

A população alentejana, embora muito ligada à terra que a viu nascer, quando no início da década de cinquenta o trabalho começou a escassear, teve que procurar, também ela, outras regiões que lhe proporcionassem um melhor modo de vida, iniciando-se então um crescente mo-

vimento migratório, que levou a uma profunda mobilidade geográfica das populações e uma conseqüente mudança de residência.

A análise da evolução da população do distrito de Beja revela, conforme o quadro I, que embora desde há alguns anos se verificasse uma tendência regressiva do crescimento da população é a partir da década de 60, que se inicia o período de crescimento negativo, que ainda hoje teima em persistir. Nos concelhos do distrito, onde a interioridade e as difíceis condições sócio-económicas mais se faziam sentir - Almodôvar, Castro Verde, Ourique e Mértola - os sinais de regressão

* Docente da ESE de Beja

Cultura Local

QUADRO I

POPULAÇÃO RESIDENTE NO DISTRITO DE BEJA

ANOS	DISTRITO	VAR. em %
1900	164 754	
1930	242 687	+ 47.3
1940	275 441	+ 13.5
1950	286 803	+ 4.1
1960	276 895	+ 3.5
1970	204 440	- 26.2
1981	188 420	- 7.8
1987*	182 466	- 3.2
1990 *	179 051	- 1.9

Fonte: INE

* Projecções da população residente, segundo a C.C.R.A.

começaram logo a surgir nos finais da década de quarenta. Contudo foi a partir dos anos cinquenta que os movimentos migratórios se começaram a processar de uma forma contínua e crescente, atingindo o seu auge no decurso da década de sessenta. Ao longo deste período assistiu-se à implantação de diferentes tipos de migrações, nomeadamente:

- **as migrações definitivas**, em que alguns dos habitantes saíram juntamente com os seus familiares mais próximos para outras regiões por tempo indeterminado. Os locais de

destino escolhidos por estes migrantes situavam-se em grande parte no território nacional (migrações internas), mas outros houve que optaram por ir para fora de Portugal (migrações externas ou emigração). A emigração que se praticou na região alentejana apresentava, como em todo o País, duas características: a **legal** e a **clandestina**. A **emigração legal** era autorizada pela Junta de Emigração que determinava as condições e o local de trabalho a todos aqueles que desejassem ir trabalhar para o estrangeiro. Por sua vez, a **emigração clan-**

Cultura Local

destina, pouco praticada na região, era aquela que se fazia sem autorização, através da passagem das fronteiras "a salto";

- as **migrações temporárias** foram e ainda o são uma prática comum na região, em que os migrantes sós ou com as suas famílias estabelecem residência noutras regiões do País ou do estrangeiro, por um curto período de tempo, normalmente o correspondente a um contrato de trabalho, e findo o qual regressam à sua terra natal, de onde nunca se desligaram. Este tipo de migrações, também designado por migrações sazonais, ainda são muito frequentes na região alentejana, e têm como principal destino o estrangeiro, para onde se deslocam os migrantes em anos sucessivos, normalmente a fim de trabalharem em campanhas agrícolas.

Estes diferentes tipos de migrações fizeram-se sentir, com maior ou menor intensidade em todos os concelhos do Baixo Alentejo, principalmente na década de 60, tendo diminuído profundamente na década seguinte. Ao longo dos anos 80, os movimentos migratórios, mantêm a tendência para a retracção em todos os concelhos.

1. CAUSAS DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO

O fenómeno migratório encontra a sua explicação, não apenas numa ou outra causa, mas sim num vasto e complexo conjunto de factores de âmbito local e nacional. Em relação aos primeiros - os factores endógenos do movimento migra-

tório - devem referir-se como principais causas:

- a estrutura fundiária predominante na região;
- o carácter sazonal das actividades agrícolas;
- a mecanização da agricultura;
- e por último, a reduzida implantação em toda a região de actividades ligadas aos sectores secundário e terciário.

Outros factores houve que embora exógenos muito contribuíram também para o movimento migratório, nomeadamente as assimetrias regionais, que levaram a que as populações locais partissem à procura de zonas de maior desenvolvimento económico.

1.1. Causas Endógenas

A estrutura fundiária da propriedade na região do Baixo Alentejo, caracteriza-se pela predominância da grande e média propriedade. Esta característica que tem origens seculares, pois remonta aos primórdios da nacionalidade, reflectiu-se na estrutura social do Alentejo. Deste modo, ao estabelecer-se um enquadramento temporal verifica-se que, ao iniciarem-se as grandes migrações originárias desta vasta região do Baixo Alentejo, a estrutura social era caracterizada pela existência de poucos proprietários, sendo a grande maioria da população constituída por trabalhadores rurais e alguns seareiros que, de um modo geral, nem terras

Cultura Local

possuíam, pois estas eram arrendadas ou cedidas de parceria. Assim, pode afirmar-se que a quase totalidade da população, vivia sob a dependência dos poucos "señhores da terra" não tendo "outra alternativa se não a de se submeter à lei do proprietário fundiário que tem o monopólio do trabalho, e do dinheiro" (Cutileiro, 1977: 80). Eram estes que estabeleciam entre si o salário a pagar aos assalariados bem como estipulavam arbitrariamente a parceria a cobrar pela cedência das suas terras aos seareiros. Face a estas características da estrutura da propriedade fundiária e da estrutura social existente na região, vivia-se numa situação de latentes conflitos sociais, o que levou a que muitos trabalhadores optassem por abandonar a região na procura de melhores condições económicas e sociais.

A sazonalidade do trabalho agrícola foi outro dos factores que muito contribuiu para o movimento migratório. Como já se disse, o trabalho agrícola em todo o Alentejo caracterizava-se pela alternância de períodos de reduzida ou mesmo nula oferta de trabalho, com outros de grande procura de mão-de-obra. Deste modo, os baixos salários auferidos e os longos períodos de desemprego, nos quais não era auferida qualquer prestação social, levou os homens a procurarem, nessas alturas difíceis, trabalho noutras regiões do País.

Perante a quase inexistência de trabalho permanente, os assalariados agrícolas sabiam que em determinados períodos do ano, a necessidade de realizar certas fainas agrícolas, possibilitava o regresso àqueles que haviam procurado trabalho noutras regiões, regresso este que por sua vez lhes proporcionava não só trabalhar na sua terra natal como partilhar das alegrias e tristezas da sua família. Mas eis que surge outro factor que vai pôr em causa a própria característica da sazonalidade do trabalho agrícola: a me-

canização da agricultura.

É efectivamente este factor que acelera o movimento migratório em todo o Alentejo, pois ao mecanizar-se a agricultura as principais fainas agrícolas, como a sementeira, a monda e a celfa, deixaram de absorver tanta mão-de-obra.

Embora alguns autores partilhem a opinião de que a mecanização da agricultura surgiu como resposta à falta de mão-de-obra disponível na região, os dados disponíveis não confirmam esta tese. O excesso de oferta de mão-de-obra parece ter sido sempre uma característica da região, pois para além da população local, sempre houve a alternativa do recurso aos "ratinhos" ou aos "algarvios". Foi mesmo este excesso de mão-de-obra agrícola que esteve na origem das primeiras migrações na década de 50, quando ainda persistiam as técnicas agrícolas tradicionais. O que na realidade se constata é que a mecanização na região surgiu não para fazer face à falta de mão-de-obra, mas sim como resposta aos movimentos reivindicativos dos trabalhadores rurais de todo o Alentejo, no início dos anos sessenta, e dos quais resultou a decisão oficial de reduzir o número de horas de trabalho diário e de aumento dos salários.

A confirmar esta ideia de que a mecanização em todo o Alentejo surgiu como resposta dos grandes proprietários agrícolas às reivindicações dos trabalhadores rurais e não como alternativa à falta de mão-de-obra, está a hostilidade manifestada pelos trabalhadores rurais em algumas regiões do Alentejo para com as primeiras máquinas agrícolas, que segundo o povo "vinha baratear-lhes o salário" (Picão, 1983: 228).

Mas houve outras razões que levaram a que a mecanização da agricultura se efectuasse, nomeadamente a rapidez

de execução das fainas agrícolas, sempre condicionadas pelo factor climatérico, permitindo a referida mecanização não só a realização atempada dos trabalhos como o aumento das áreas de cultivo. Refira-se ainda que a substituição dos arados de tracção animal pelos tractores com charruas mecânicas possibilitou simultaneamente o cultivo de grandes áreas, e o revolver das terras de uma forma nunca antes conseguida, o que viria a proporcionar melhores colheitas, mas apenas nos anos imediatos pois o aumento da erosão dos solos cedo os tornou mais pobres.

Pelo exposto conclui-se que a mecanização da agricultura foi a causa próxima da forte corrente migratória que se instalou a partir dos anos cinquenta nesta vasta região alentejana.

Há ainda que referir como uma das causas endógenas do movimento migratório a quase inexistência de actividades económicas não agrícolas. A falta de indústrias transformadoras na região e as poucas actividades ligadas ao sector dos serviços, não possibilitaram a absorção do excedente de população activa que surgiu na região com a mecanização da agricultura. Assim, a única alternativa que se colocava a todos aqueles cujo trabalho faltava era partir em busca de outras regiões que lhes proporcionassem as condições necessárias à sua subsistência, pois a região onde nasceram tornou-se, pelo exposto, numa zona de repulsão populacional levando a que a população a abandonasse de uma forma contínua e crescente. Foi assim que milhares de pessoas se deslocaram para outras regiões, que pelo conhecimento antecipado de oferta de trabalho, se tornaram em zonas de atracção populacional. Estas zonas de atracção eram na sua maioria zonas urbanas, o que leva à constatação de se estar perante um "êxodo rural" pois estas migra-

ções eram originárias de uma "zona rural" e dirigiam-se para "zonas urbanas". É ainda observável outra característica dos "êxodos rurais" que é a dupla mobilidade, pois à mobilidade geográfica associa-se a mobilidade profissional, uma vez que esta população migrante trocou a actividade profissional da agricultura por outras actividades características dos centros urbanos.

1.2. Causas Exógenas

Não foram somente os factores endógenos que provocaram o "êxodo rural" que se verificou entre os anos cinquenta e setenta, pois houve igualmente causas exógenas que muito contribuíram para que tais migrações se verificassem.

Ao longo dos anos, a política económica, social e cultural emanada do poder central conduziu ao surgimento de grandes desequilíbrios regionais que têm vindo a condicionar o desenvolvimento de toda esta região. Efectivamente, pouco ou nada tem sido feito para minimizar as grandes desigualdades existentes entre: litoral/interior, e sector industrial/sector agrícola.

A existência no litoral de uma boa rede viária e portuária, bem como outras infra-estruturas, que tornam o litoral um local privilegiado, de compra e venda de matérias primas, tem atraído a si não só a instalação de actividades industriais como as populações oriundas das "zonas repulsivas" do interior do País. Deste modo surgem assimetrias regionais, que foram acentuadas com a tentativa do Estado Novo promover o crescimento económico do país via sector industrial, em detrimento do sector agrícola. Tal facto levou a que a inovação tecnológica que se procurou introduzir no país, através do

Cultura Local

investimento estrangeiro, na década de 60, provocasse um agravamento das assimetrias regionais e conduzisse igualmente ao aumento do desemprego e da dependência face ao exterior.

As assimetrias regionais acentuaram-se, pois o investimento procura sempre localizar-se nas zonas mais atractivas onde se encontram as melhores infra-estruturas, a maior concentração de mão-de-obra, a proximidade dos mercados e o melhor aproveitamento de economias de escala, isto é, onde as empresas têm possibilidades de atingir um dimensionamento que lhes permita obter os menores custos por unidade produzida. Mas as assimetrias regionais para além de serem económicas revestem-se igualmente de características sociais e culturais. A realidade mostra que é nas regiões de maior desenvolvimento económico que existem mais facilidades para a educação dos jovens, e que é aí também que surgem as maiores oportunidades de mobilidade profissional e social.

Pelo exposto pode afirmar-se que o desigual desenvolvimento do país levou ao aparecimento de grandes assimetrias económicas, sociais e culturais que não se podem dissociar das causas do movimento migratório, quer interno quer externo, que se generalizou por todo o país.

Mas, não foi somente o desenvolvimento industrial e urbano de certas zonas do litoral português que necessitavam da mão-de-obra oriunda dos campos, que esteve na origem destes movimentos. O desenvolvimento dos países industrializados após a II Guerra Mundial, provocou uma crescente necessidade de mão-de-obra, o que levou esses países a abrirem as suas fronteiras aos portugueses, gente pacífica e trabalhadora. Deste modo, Portugal tornou-se no reservatório de mão-de-obra dos países industrializados, prin-

cipalmente da Alemanha e da França.

Outro factor que contribuiu para que as migrações fossem direccionadas para certas zonas ou determinados países foi a diferenciação salarial. Ao longo de todo o período em que se assistiu ao êxodo rural, os salários praticados nas "zonas de atracção" foram sempre superiores aos praticados no Alentejo, o que aliado à falta de trabalho que se verificava, explica o movimento migratório para zonas, facilmente identificáveis, tanto no País como no estrangeiro.

2. CONSEQUÊNCIAS DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO

Os movimentos migratórios quando atingem, como no distrito de Beja, a característica de "êxodo rural", provocam inevitavelmente consequências profundas, não só na região de origem das migrações, como também nos locais que foram alvo dessa atracção populacional. Neste estudo procura-se apenas analisar as consequências verificadas no Baixo Alentejo, dada a impossibilidade de se efectuarem estudos nas regiões onde os migrantes idos desta região se estabeleceram.

2. 1. Consequências Demográficas

A principal consequência do movimento migratório, surgido nas regiões alentejanas, manifestou-se ao nível demográfico. Efectivamente, a grande maioria da população partiu definitivamente, prin-

Cultura Local

principalmente para outras regiões do País. Como os que partem são normalmente os jovens e os homens com maior capacidade de trabalho, a região não só viu diminuir bruscamente o seu potencial humano como rapidamente envelheceu. O número de jovens diminuiu enquanto o número de velhos aumentou, o que levou a que se verificasse em toda a região alentejana, um duplo envelhecimento.

dos.

A população jovem representava em 1950, 39.5% do total da população enquanto a proporção de velhos era de 9.8%. Estes valores refletem a ausência de qualquer sintoma de envelhecimento na população da região, pois uma população só se considera envelhecida, quando os jovens constituem uma percentagem infe-

QUADRO II

GRANDES GRUPOS DE IDADE/SEXO NO DISTRITO DE BEJA

A N O	GRANDES GRUPOS DE IDADE								
	0 - 19			20 aos 59			60 e + Anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1950	39.5	51.0	49.0	50.7	50.6	49.4	9.8	47.5	52.5
1960	35.3	50.6	49.4	53.5	50.7	49.3	11.2	46.8	53.2
1970	31.8	49.5	50.5	50.9	49.9	50.1	17.3	47.8	52.2
1981	28.7	51.1	48.9	48.8	50.7	49.3	22.5	46.2	53.8

Fonte: INE

O quadro II, referente aos grandes grupos de idade/sexo, e as pirâmides etárias dos anos de 1950 e 1981 dão-nos uma visão de conjunto das estruturas de idade da população do Distrito de Beja. Assim, a pirâmide referente ao ano de 1950 revela-se muito próxima da pirâmide tipo "acento cincunflexo", em que há uma forte mortalidade e uma forte fecundidade, sendo igualmente muito elevada a proporção de velhos, pois os primeiros são sensivelmente o quádruplo dos segun-

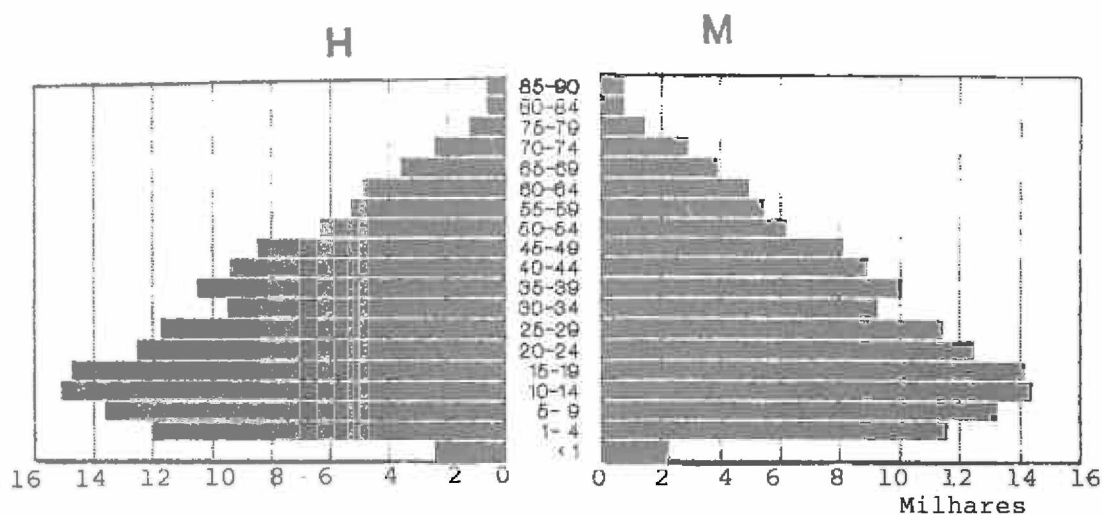
rior a 35% do total da população e os velhos valores superiores a 12%.

A estrutura etária referente à população residente nos anos de 1981, é representada por uma pirâmide tipo "urna", o que mostra que a mortalidade e a fecundidade são baixas, que a proporção dos jovens está a diminuir e que a dos velhos está a aumentar. Na realidade, a população idosa passou a ter um peso cada vez maior, apresentando em 1981 um valor

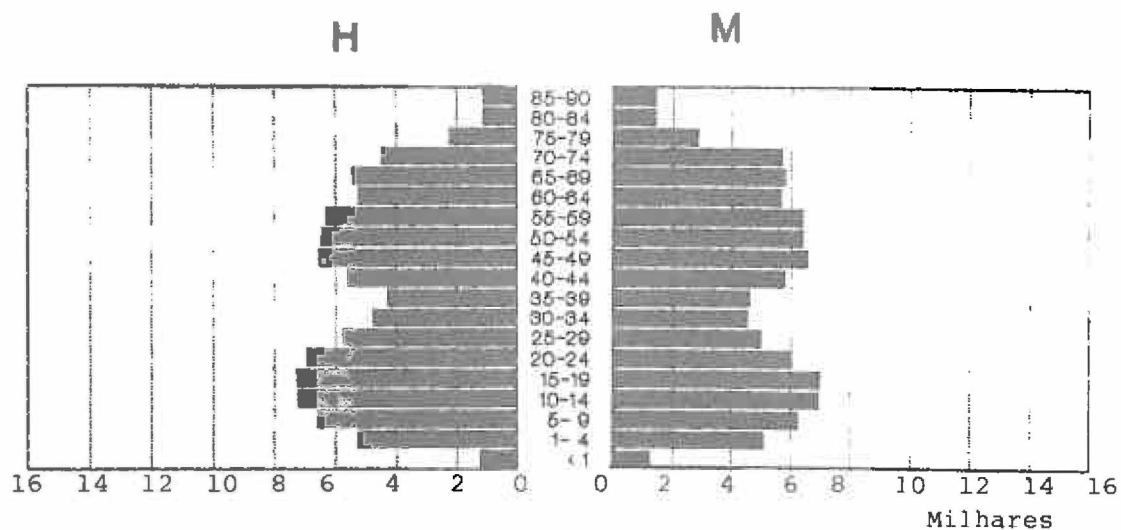
POPULAÇÃO RESIDENTE

Distrito de Beja

1950



1981



Cultura Local

muito próximo de 1/4 do total da população, enquanto em 1950 era inferior a 1/10.

No período referente aos anos 50 e 81, o fenómeno migratório provocou alterações profundas na estrutura etária da população (-34.3%), passando-se a verificar um decréscimo da natalidade e da mortalidade, o que originou um duplo envelhecimento da população do distrito. Na realidade, a diminuição da fecundidade e das taxas de natalidade refletiu-se numa diminuição na base da pirâmide etária de 1981, o que provoca um envelhecimento pela base, enquanto a diminuição da mortalidade e o crescimento do grupo etário da população mais idosa leva por sua vez a um envelhecimento pelo topo. Deste modo, o distrito de Beja não só viu diminuir o seu quantitativo populacional, como assistiu impotente à redução da sua "qualidade populacional".

Contudo, para além das consequências acima descritas outras houve que pela sua importância, são igualmente de referir, nomeadamente:

- toda a região apresenta actualmente uma elevada redução do quantitativo populacional, tornando-se envelhecida, com reduzido número de crianças e jovens, pelo que não parece provável que a renovação da pirâmide etária se processe a curto prazo;
- os concelhos do Baixo Alentejo revelam um desigual desenvolvimento, havendo mesmo grandes assimetrias a nível do distrito e por vezes a nível de concelhos: se há áreas onde houve acréscimo populacional nos últimos anos (Castro Verde) e noutros houve estagnação, na maioria dos concelhos continua a

verificar-se a diminuição de população;

- os montes e pequenas aglomerações e outros lugares dispersos e isolados quase deixaram de existir, face ao esvaziamento populacional, aumentando por sua vez a concentração populacional em núcleos de maior importância;
- a partir do final da década de 70, em todas as freguesias e concelhos verificam-se que passaram a residir noutras regiões um quantitativo populacional bastante superior ao que reside no local de origem. A título de exemplo refira-se que no concelho de Castro Verde apenas residem 39,6% dos que aqui nasceram, encontrando-se os restantes 60,4% a residir, na sua grande maioria, nas regiões de Setúbal, Lisboa e Beja.

Esta realidade é tão preocupante quanto se sabe que aqueles que ficaram não têm capacidade nem condições económicas e culturais para pôr em prática na região projectos de desenvolvimento que travem os movimentos migratórios e que, se possível, tornem esta vasta região numa zona de atracção migratória.

Como se pode verificar no quadro II, o Baixo Alentejo não só viu diminuir o seu quantitativo populacional, como assistiu impotente à redução da sua "qualidade populacional".

2.2 - Consequências económicas

O "êxodo rural" repercutiu-se igualmente ao nível económico, nomea-

Cultura Local

damente na alteração dos processos produtivos e dos processos sociais das comunidades, isto é, no modo como os homens passaram a interagir e a estabelecer relações entre si.

Não foi a falta de mão-de-obra que levou à introdução da mecanização da agricultura, bem pelo contrário, foi esta que levou ao "êxodo rural". Só que esta saída em bloco da população, que muitos não esperariam, reflectiu-se, de imediato, em falta de trabalhadores para efectuar "a tempo e a horas" as actividades agrícolas. Houve que proceder a uma mecanização acelerada da agricultura e simultaneamente a um aumento do nível salarial. Assim, aqueles que ficaram acabaram por, de uma forma indirecta, beneficiar do "êxodo rural", pois sendo em menor número passaram a ser disputados pelos donos das explorações agrícolas, que lhes passaram a pagar melhores salários como forma de assegurar o seu trabalho.

A diminuição do desemprego e o facto de "os algarvios" e os "ratinhos" terem deixado de vir trabalhar para o Alentejo, levou a que os processos sociais se alterassem. Estabeleceu-se na região um novo tipo de interacção social em que as tensões sociais diminuíram, principalmente porque houve, em todo o Alentejo, uma redução dos conflitos laborais. Por outro lado, o desemprego, embora não tivesse sido completamente extinto, deixou de ser preocupante, o que levou ao termo das tensões que surgiam entre a população sempre que se avizinhavam os períodos da contratação.

É, porém, conveniente esclarecer que se as relações sociais melhoraram, não significa que certos rancores e ódios antigos se tivessem esquecido por completo. A prova de que estes estavam latentes e que apenas se vivia numa "paz pobre", surgiu com a Revolução do 25 de

Abril de 1974, onde esses ódios antigos contra "os senhores da terra" por parte dos trabalhadores rurais se reflectiram de imediato nos seus actos, vingando-se de anos e anos de humilhação e exploração.

2.3 - Consequências Sócio-Culturais

Uma das consequências do movimento migratório que se verificou, principalmente nas décadas de 60 e 70, foi o aparecimento de diferentes modos de vida. Se aqueles que ficavam, os mais idosos, continuaram a persistir em manter os sistemas de valores há muito neles enraizados, os poucos que regressaram, na sua maioria com o 25 de Abril de 1974 vieram um pouco "aculturados", isto é, apresentando comportamentos diferentes do seu modelo original, como consequência do contacto com outras culturas diferentes e que se caracterizam por uma maior abertura a tudo o que é novo. Surge deste modo na região um certo mal estar cultural. Os mais idosos, menos receptivos a tudo o que é novo, persistem em preservar a sua herança social, nomeadamente no que respeita às actividades económicas tradicionais e à instituição familiar. Por sua vez os que regressam revelam uma maior abertura ao progresso, bem como à alteração das relações familiares. Estes assumem-se mesmo como agentes de mudança social.

As habitações foram melhoradas, mas felizmente sem fazerem surgir a prática de construções "tipo maison", apenas se criando condições de maior salubridade e comodidade. Introduziu-se igualmente o uso de electrodomésticos, o que se veio a reflectir numa alteração dos hábitos alimentares. Por sua vez, a televisão passou a ser como um "electrodoméstico

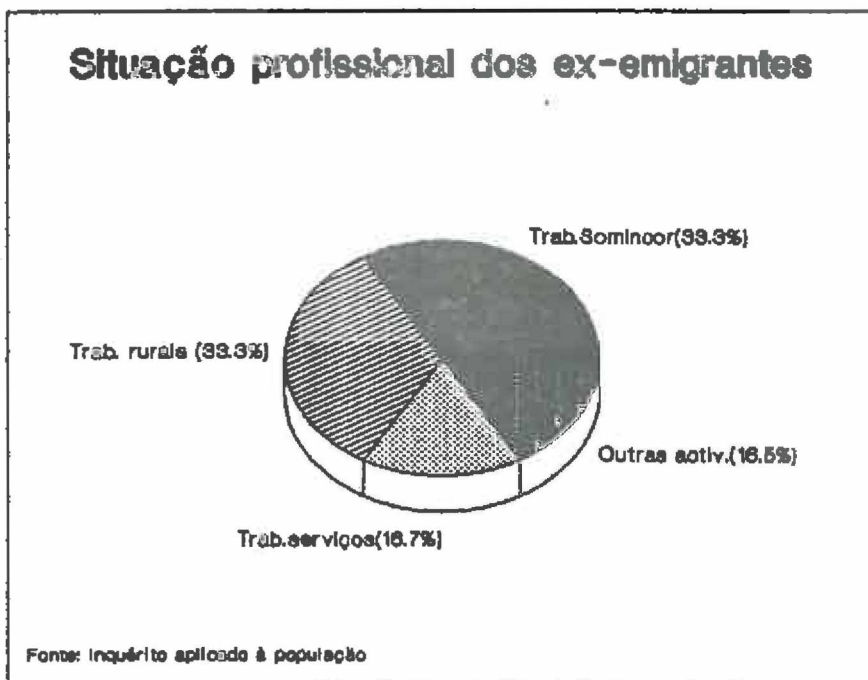
Cultura Local

indispensável" o qual muito tem contribuído para a "aculturação" deste povo, e cujo reflexo se faz, igualmente sentir na vivência familiar. Os momentos livres passaram a ser para ver "telenovelas" acabando-se assim com os "serões" a familiares e amigos. Também a educação das crianças deixou de ser feita, na sua grande maioria no seio da família, e os pais e os professores substituíram a tradicional função educadora dos mais idosos, que não concordam com as liberdades que a "educação moderna" permite às crianças.

Contudo, as consequências do

"êxodo rural" não foram somente culturais, mas igualmente sociais. Se a maioria da população migrante sofreu uma mobilidade social do tipo vertical ascendente, passando a trabalhar em fábricas e por vezes tornando-se mão-de-obra especializada, os poucos que optaram por regressar beneficiaram, de um modo geral, também de uma idêntica mobilidade social.

A título de exemplo, do que se passou um pouco por todo o Alentejo, veja-se como é no Concelho de Castro Verde, a actual situação profissional dos ex-emigrantes.



Os emigrantes pertenciam na sua maioria (83.3%) ao grupo social dos trabalhadores rurais, constata-se que, após o seu regresso, houve efectivamente uma mobilidade social ascendente. Na realidade a maioria dos regressados passaram a trabalhar em actividades não-agrícolas

bem remuneradas à excepção de 33.3%, os quais voltaram a trabalhar no campo. Mas estes, que são na sua maioria os que haviam partido na década de 60, adquiriram terras e muitos deles têm agora pequenas explorações onde os próprios e as suas famílias trabalham.

Cultura Local

É conveniente chamar a atenção para o facto de os regressados representarem apenas uma pequena parte dos que partiram uma vez que maioria dos que se fixaram noutras zonas do território nacional dificilmente voltarem, porque não arrajam, na sua terra natal, um trabalho que os satisfaça. Outra razão que explica este comportamento é o facto de as regiões onde actualmente residem poderem proporcionar aos seus filhos outras oportunidades, principalmente em termos de educação, as quais ainda não estão ao alcance dos que residem nas vatas e belas alentejanas.

CONCLUSÃO

A tendência demográfica não parece apresentar perspectivas de alteração, pois são quase nulas a implantação na região de outras actividades económicas. Cabe às autoridades locais, apontarem seriamente no objectivo de prepararem para a região, um melhor futuro económico e social, nunca se esquecendo da não menos importante preservação da cultura local. Há, pois, que ter bem presente o que foi o passado, para que ao perspectivar-se o futuro, esteja sempre bem patente a ideia de que "*a cultura é essencialmente herança social, não podendo ser entendida numa perspectiva meramente sincrónica desligada do contexto histórico*" (Neto, 1989:17)

Se as autoridades locais e centrais competentes, apostarem num futuro melhor, talvez que a situação demográfica se inverta e não só regressem alguns daqueles que partiram, como se criem inclusivé condições para uma auto-regeneração da população. Caso contrário, se o futuro continuar incerto, a população con-

tinuará a partir em "*maciça e justificável abalada, a tentar lá longe, perdidos os ares de suas terras natais e o aconchego fraterno dos seus, a aplicar a força dos braços ou a riqueza dos intelectuos nas distantes cidades da pátria lusitana ou nos mais longínquos países de emigração*" (Alarcão, 1969: 26).

BIBLIOGRAFIA

- ACKERMANN, Werner e DULONG, Renaud**, (1971) "Sur une experimentation sociologique", *Révue Française de Sociologie*, 12(4) Out/Dez, pp. 550-556.
- ALARCÃO, Alberto de**, (1960) "*O êxodo rural - introdução ao seu estudo em Portugal*", Separata da *Revista Agronómica*, Lisboa, XLIII (I,II,III e IV).
- (1964) "*Êxodo Rural e atracção urbana no continente português*", *Análise Social*, Lisboa, II (7,8) 2º Semestre pp. 511-537.
- CARVALHO, Agostinho de e GOMES, Maria Leonor**, (1973), Alimentação e condições de vida das famílias de trabalhadores rurais do Alto Alentejo, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO ALENTEJO**, (1981), Zonas de atracção migratória: ensaio de ordenamento de concelhos com sede em Castro Verde, Évora, CCRA.
- CUTILEIRO, José**, 1977, (1971) *Ricos e pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.
- DESCAMPS, Paul**, 1935 *Le Portugal, La vie sociale actuelle*, Paris.
- DIAS, Jorge**, 1955, "Algumas considerações acerca da estrutura social do povo Português", Separata da *Revista de Antropologia*, 3(1) Junho.
- MARTINS, Isabel Faria**, 1967, "A migração dos trabalhadores rurais para a indústria", Lisboa, *Análise Social*, V(18).
- MATOS, A.C.; MARTINS, M.C.A. e BET-**

Cultura Local

TENCOURT, M.L., 1982, *Senhores da Terra: Diário de um Agricultor Alentejano*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

NAZARETH, J. Manuel, 1975, "Perspectivas Demográficas do Sul de Portugal", Lisboa, *Análise Social*, II (7-8) pp. 407-462.

1979, *O envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, Gabinete de Investigações sociais.

NETO, João B. N. Pereira. (1989) A cultura organizacional das empresas, Lisboa, Associação Portuguesa de Gestores e

Técnicos de Recursos Humanos.

NETO, João B.N.Pereira (1982) Explosão demográfica e planeamento familiar: subsídios para uma política de defesa da vida em Portugal, Lisboa, Editorial Presença.

PEREIRA, João Batista Borges, 1982 "Emigração e Vida Rural em Portugal", *Revista de Antropologia* (25) pp. 104-146.

PICÃO, João da Silva, 1983, (1903) *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos*. Lisboa, Publicações D.Quixote.

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO



UMA INSTITUIÇÃO AO SERVIÇO DO CONCELHO

Diferente nas taxas que pratica

Melhor no atendimento

Mais rápida nas soluções